



PROFESSORES, MÍDIA E ESTADO: REPRESENTAÇÕES EM TORNO DA FIGURA DOCENTE NAS MANIFESTAÇÕES DE 2015 NO PARANÁ

TEACHERS, MEDIA AND STATE: REPRESENTATIONS AROUND THE TEACHING FIGURE IN THE 2015 DEMONSTRATIONS IN PARANÁ

KAREN CRISTINY DE ANDRADE CORREIA¹
CLÁUDIO MÁRCIO DO CARMO²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar algumas representações construídas sobre as manifestações ocorridas no Paraná em abril de 2015 e seus participantes, quais sejam, professores e policiais. O foco recai nas representações acerca do professor, na tentativa de entender se elas são indicativas da desvalorização que acomete essa categoria profissional. Serão analisadas as escolhas lexicais em notícias de três portais de notícias *online*: *Estadão*; *G1* e *Uol*. Dessa forma, buscamos identificar quais são as ideologias que perpassam os discursos desses órgãos de comunicação, partindo do princípio de que a mídia pode influenciar as opiniões e construções da realidade da população como um todo. Para tanto, utilizamos como abordagem teórico-metodológica a Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough. A análise demonstrou que, nos três portais de notícias, é reforçada a naturalização da violência policial, bem como a visão negativa atribuída a manifestações e greves mobilizadas por docentes. Nesse sentido, o trabalho evidencia contradições em torno da figura do professor, enaltecido em campanhas publicitárias e, ao mesmo tempo, desvalorizado em tantos aspectos.

Palavras-chave: representação; professor; Análise Crítica do Discurso.

Abstract: The present work aims to analyze the representations built about the demonstrations that took place in Paraná in April 2015 and its participants, teachers and police. The focus is on how representations are constructed about the teacher, in an attempt to understand if they are indicative of the devaluation that affects this professional category. It will be analyzed lexical choices in online news from three newspapers: *Estadão*, *G1* and *Uol*. Thus, we seek to identify which ideologies permeate the discourses of these media, assuming that the media can influence the opinions and the constructions of the reality of the population as a whole. For that, we use Norman Fairclough's Critical Discourse Analysis as a theoretical-methodological tool. The focus is on the way as representations are constructed about the teacher, in an attempt to understand how this professional is currently seen. The analysis showed that, in the three news portals, the naturalization of police violence is reinforced, as well as the negative view attributed to demonstrations and

¹ Mestra em Letras pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), São João del-Rei, MG, Brasil.
kccorreia@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4620-4143>

² Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), São João del-Rei, MG, Brasil.. e Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0677-8302>

strikes mobilized by teachers. In this sense, the work also shows contradictions around the figure of the teacher, praised in advertising campaigns and, at the same time, devalued in so many aspects.

Keywords: representation; teacher; Critical Discourse Analysis.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como quadro teórico-metodológico a Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough. Nosso interesse é verificar algumas representações produzidas na mídia sobre as manifestações ocorridas no Paraná no dia 28 de abril de 2015 e seus envolvidos, quais sejam, professores e policiais. Buscaremos analisar, com base no léxico, três notícias *online* que tratam sobre o assunto a fim de verificar quais são as ideologias que perpassam os discursos dessas mídias e se há algum discurso hegemônico sobre esse evento e seus envolvidos. Essa investigação é relevante se levarmos em consideração o caráter persuasivo da mídia, que pode influenciar a formação de opinião de seus leitores por meio das perspectivas advindas dos agentes que a colocam em funcionamento. Por meio de tal análise, buscaremos entender como o professor foi representado nas mídias pesquisadas, o que pode sinalizar para a valorização ou desvalorização desse profissional.

A atenção dada às escolhas lexicais se justifica porque, de acordo com Oliveira (2001, p. 108), é o léxico que demonstra a perspectiva sob a qual o mundo é representado: “Toda esta dinamicidade da língua é evidenciada, sobremaneira, no léxico, nível linguístico que melhor expressa a mobilidade das estruturas sociais, a maneira como uma sociedade vê e representa o mundo”.

Consideramos, assim, que as escolhas lexicais feitas nos textos nos dão pistas sobre como cada um dos órgãos de comunicação se posiciona ideologicamente. Cada uma dessas representações atribui diferentes significados às pessoas e aos eventos com base em ideologias distintas. Entendemos, portanto, que o discurso deve ser analisado como maneira de desvelar a relação entre linguagem e ideologia. Diferentes formas de lexicalizar o mundo equivalem a diferentes modos de atribuir sentido. Nesse sentido, mudanças no léxico podem ser indícios de mudança também nas relações sociais e nas maneiras de representar o mundo, levando em conta o princípio da dialética entre discurso e sociedade (FAIRCLOUGH, 2001a), em que o discurso tanto constitui a sociedade como também é constituído por ela. Conforme as palavras de Resende e Ramalho (2006, p. 26-27), ao abordar a concepção de discurso como modo de ação historicamente situado,

[...] essa concepção implica considerar que, por um lado, *estruturas* organizam a produção discursiva nas sociedades e que, por outro, cada enunciado novo é uma *ação* individual sobre tais estruturas, que pode tanto contribuir para a continuidade quanto para a transformação de formas recorrentes de ação.

Em um primeiro momento, o trabalho abordará algumas características da mídia e sua relação com a ideologia, trazendo uma breve discussão sobre manipulação e influência da imprensa na construção de pontos de vista pela sociedade. Posteriormente, mostrará um pouco do histórico de reivindicações feitas pelos professores, apontando para a relação entre representação e reivindicações do docente, o Estado e a mídia. Já em outra seção, o trabalho se dedicará a apresentar a ACD enquanto arcabouço teórico e metodologia de análise. Em seguida, serão analisadas três notícias *online* dos portais *Estadão*, *G1* e *Uol*, a fim de que sejam verificadas algumas representações construídas sobre policiais, professores e a manifestação

ocorrida no Paraná, em abril de 2015, ressaltando que as escolhas lexicais são movidas por ideologias que perpassam as práticas discursivas e buscando compreender os possíveis impactos que cada maneira de significar o evento e seus participantes pode gerar sobre os leitores, ou seja, quais pontos de vista são construídos a partir da escolha de um uso em vez de outro. Por fim, algumas considerações serão feitas e as referências que embasaram o trabalho serão apresentadas.

1. MÍDIA E IDEOLOGIA: APONTAMENTOS SOBRE O IDEAL DE IMPARCIALIDADE

John Thompson (1998) define algumas formas de poder com as quais convivemos na sociedade. Temos, segundo sua classificação, os poderes político, econômico, coercitivo e simbólico. Este último, também conhecido como poder cultural, “nasce na atividade de produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas” (p. 24) e concerne à capacidade de influenciar a opinião das pessoas, de induzir a determinadas crenças e gerar reações por meio da produção e difusão de formas simbólicas. Assim sendo, não fica difícil perceber que as instituições da mídia compõem o conjunto daquelas que detêm poder simbólico, pelo destaque que têm no que diz respeito ao controle dos meios de comunicação e de informação.

Diante desse cenário, é comum a associação entre imprensa e manipulação das massas, de modo a sugerir que a mídia manipula as pessoas, tal qual se faz com marionetes. Aqui, mais uma vez, convém retomarmos a discussão desenvolvida por Thompson (1998) acerca desse aspecto. Ele não nega o direcionamento e a influência empreendidos pela mídia, mas faz ressalvas quanto às diferenças entre a intenção de convencimento e a efetividade de tal tentativa. Os sentidos projetados pela mídia podem ou não ser aceitos pelo público leitor, o qual não deve ser visto como uma massa acrítica que apenas recebe e aceita conteúdos. As pessoas não são seres passivos que não se posicionam e opinam sobre o mundo que as rodeia e os bens simbólicos produzidos sobre ele. Elas, inclusive, conversam entre si sobre aquilo que leem e pensam, propagando suas opiniões e reelaborando suas visões de mundo. Portanto, é bastante perigoso afirmar que a imprensa manipula a sociedade, pois há uma divergência entre pretender um objetivo e atingi-lo, e a imprensa não consegue atingir todas as pessoas da mesma forma.

Contudo, com base na definição apresentada para o poder simbólico e dado o relevante papel que a mídia tem no processo de produção e distribuição de informação, é importante levar em consideração que, por meio de seus agentes, ela possui enorme influência no processo de construção de representações pelos leitores. Ela faz circular bens simbólicos que influenciam a opinião pública como se o discurso trazido fosse uma verdade e não uma versão sobre os fatos. A esse respeito, recorremos a Gaye Tuchman (1999), que discorre sobre a objetividade da escrita jornalística como um ritual estratégico que os resguarda de críticas. Segundo a autora, a notícia é pensada, desde o princípio, para atender aos gostos e preferências dos editores e proprietários dos jornais, pois desagradá-los pode fazer com que o jornalista coloque em risco o próprio emprego. Além disso, há sempre a possibilidade de uma publicação não agradar o público, de ser considerada ofensiva a alguém. Por meio do uso de estratégias que criam a ideia de objetividade e imparcialidade, os jornalistas tentam evitar tais problemas.

Entretanto, o que Tuchman evidencia é que, por trás dessa pretensa imparcialidade, há sempre escolhas motivadas por pontos de vista e ideologias: de quem será entrevistado, de qual

é o aspecto que deve receber destaque, de como os acontecimentos e as pessoas envolvidas serão nomeadas, de quais imagens acompanharão a notícia, dentre tantos outros elementos importantes que vão direcionando a percepção do leitor sobre determinado “fato”, de modo que a imprensa participa da construção de representações sobre os acontecimentos e seus atores sociais. Sobre a representação, Woodward (2005, p. 17), por exemplo, observa que ela envolve todas as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos nos posicionando enquanto sujeitos e requerendo de nós uma resposta aos estímulos oferecidos.

As escolhas feitas dão visibilidade a certos aspectos da realidade e não a outros, representam um evento e seus envolvidos de uma forma e não de outras. Dessa maneira, sutilmente a imprensa vai construindo uma imagem para o episódio narrado, nomeando e classificando eventos e pessoas como se simplesmente os apresentasse e, dessa forma, interfere na opinião dos leitores com ares de quem está meramente transmitindo a verdade, retratando um fato.

Como será possível perceber na análise desenvolvida, há diferentes discursos sobre o mesmo episódio em veículos de comunicação distintos, o que comprova as afirmações de Tuchman (1999) de que a objetividade é uma estratégia de proteção dos jornalistas. É muito importante dar atenção a essa estratégia, já que ela leva o leitor a acreditar que o conteúdo veiculado equivale a um retrato dos acontecimentos, e não uma visão sobre os fatos ou versão deles que carrega pontos de vista e ideologias.

Consultando Eliseu (2017), percebemos que nem sempre a escrita jornalística esteve marcada pelos ideais de objetividade e imparcialidade. Tais características têm início por influência do pensamento positivista, a partir do século XIX, quando passa a ser valorizado o método científico. Anteriormente, a imprensa era marcada pelo posicionamento político e pelo partidarismo. Os leitores estavam cientes disso e escolhiam os jornais que satisfaziam suas crenças. Com a inserção das já mencionadas estratégias de objetividade, a imprensa alcança legitimidade e confiança, passando a ser vista como responsável por simplesmente transmitir informações. A partir de então, o público passa a lidar de outra forma com o jornalismo, e as opiniões e os posicionamentos ideológicos explícitos deixam de ser bem-vindos. Com base na legitimidade conquistada anos atrás, a mídia detém grande poder simbólico para projetar visões de mundo de maneira sutil, nas entrelinhas, sem que os leitores identifiquem imediatamente as ideologias embutidas.

Ao falar sobre mídia hoje, não podemos ignorar que vivenciamos a era digital, em que as informações na *internet* são obtidas com mais rapidez e facilidade, de modo que as notícias *online* são mais acessíveis e tomadas, muitas vezes, como a principal fonte de informação. Rasêra (2010) mostra que, com o surgimento desse tipo de jornalismo, a forma como a população consome informação mudou. Se antes as pessoas assinavam um jornal específico que chegava até suas casas e reservavam um horário para sua leitura, normalmente a manhã, atualmente essa já não é uma prática tão comum. O público recebe informação por intermédio de muitos canais ao mesmo tempo, muitas vezes sem que a esteja procurando. Ao acessar as redes sociais, por exemplo, é bombardeado por notícias compartilhadas por pessoas que acompanham ou pelas próprias instituições de mídia. A informação, então, não conhece fronteiras, esteja ela relacionada a qual tema for, desde o mais simples ao mais complexo. Não seria diferente, portanto, com matérias sobre os professores, os movimentos por eles organizados e a relação com o Estado. As notícias chegam de diferentes formas, advindas de diferentes canais.

2. BREVE HISTÓRICO DE LUTAS DOS PROFESSORES: DOCÊNCIA, MÍDIA E ESTADO

Ao falar sobre greve e manifestação de docentes da rede pública, fica difícil não abordar a relação de trabalhadores e empregador existente entre a categoria dos professores e o Estado. Mas, observando a história da educação brasileira, percebemos que nem sempre foi assim. Conforme aponta Soares (2012), até meados do século XVIII, o poder colonial não se responsabilizava pela criação de políticas públicas de educação, de modo que negligenciava o assunto e o deixava a cargo da Igreja Católica e de setores privados.

A partir de Vicentini e Lugli (2009), observamos diversos períodos de precarização na docência, o que gerou insatisfação entre os professores do ensino primário e do secundário. As autoras apontam que, a partir da década de 1940, alguns fatores contribuíram para a desvalorização da profissão. Além de um grande crescimento demográfico, a população começou a exigir acesso ao ensino, pois passou a considerar que frequentar a escola era importante para obtenção de empregos melhores. Desse modo, houve uma expansão caótica do sistema escolar, o que gerou várias dificuldades administrativas – atrasos no pagamento, falta de professores e necessidade de contratações emergenciais –, levando à admissão de profissionais que não atendiam aos requisitos para atuação. Sendo contratos provisórios, a rotatividade de tais profissionais era enorme, trazendo prejuízos para o ensino. Portanto, temos um quadro de precarização do trabalho do professor, conhecido por desprofissionalização. Segundo as autoras supracitadas, esse processo se intensificou com a ditadura militar, já que os professores foram impedidos de demonstrar a insatisfação com as condições de trabalho.

Todavia, foi a partir de 1950 que os docentes primários de vários estados passaram a manifestar publicamente suas insatisfações. Mas a sindicalização de funcionários públicos só foi permitida a partir de 1988. Assim, até esse período, somente professores da rede particular se organizavam em sindicatos. Os da rede pública recorriam à criação de associações. Destacamos com Vicentini e Lugli (2009) que, ainda que estivessem insatisfeitos, os professores se preocupavam muito com a imagem da categoria frente às autoridades e à população. Como apontam as autoras ao analisarem uma fotografia de uma manifestação docente, algumas vezes os movimentos organizados pelas associações podiam ser confundidos com uma romaria, pois as professoras andavam enfileiradas em meio a um protesto. Os docentes queriam se distanciar do movimento operário. Muitas vezes, o reconhecimento social era mais valorizado que o financeiro, mantendo a ideia de docência como vocação, algo que se exerce não pelo ganho material, mas pela nobreza da função, representação que retoma a relação entre a docência e o catolicismo e identifica o professor com o sacerdócio.

Segundo Kruppa (1994), essa forma de reivindicação só foi contestada a partir do final dos anos 1970, pois as greves realizadas durante a ditadura passaram a identificar os professores como trabalhadores em educação e, conseqüentemente, o Estado encarnou a figura do patrão. Esse cenário, somado ao fato de que a sindicalização de funcionários públicos deixou de ser proibida a partir de 1988, provocou mudanças na representação do docente, que se aproximou cada vez mais do operariado, e também nas suas práticas reivindicatórias, cada vez mais combativas. Essa mudança pode ser observada, como demonstra Vicentini (2004), inclusive na maneira de compreender o dia do professor. Tendo surgido como data destinada à valorização social da categoria, com homenagens, premiações e outras formas de recompensa simbólica, aos poucos a data passou a ser usada também para demonstrar insatisfações dos docentes, até que se tornou um dia em que os sindicatos organizavam passeatas e os professores iam às ruas

protestar. Portanto, mesmo o 15 de outubro tornou-se uma data de concorrência entre diferentes representações da categoria.

Para o Estado, é claro que era interessante a representação do professor como alguém nobre cuja recompensa simbólica era mais valiosa que a financeira. Profissão que, de tão nobre, era incompatível com greves e manifestações combativas. Assim, vários eventos eram organizados pelo governo com essa finalidade. Quando parte da categoria passou a assumir um perfil de maior enfrentamento, muitos professores deixaram de participar de tais eventos, os quais passaram a marcar o conflito da categoria com o Estado, a insatisfação com as condições de trabalho. A representação do professor, então, sofreu modificações. De profissional ordeiro e bem-comportado ele passou a ser visto como trabalhador engajado e em luta por condições dignas (VICENTINI, 2004).

É certo que as manifestações e greves dão visibilidade à categoria, seja de maneira positiva ou negativa. A forma como os professores e seus atos são descritos pela mídia influencia a opinião da sociedade e ajuda a criar representações. Isso pode ser observado não só hoje, mas também naquela época. Havia amplo apoio à categoria quando o movimento se caracterizava como ordeiro e “sério”, o que foi sendo alterado com o passar do tempo. Quando as manifestações começaram a ganhar novos contornos, a postura da imprensa foi de manter a representação anterior do movimento, como forma de gerar aceitação na sociedade acerca das greves docentes. Era descrito como ordeiro, disciplinado, e se estava em greve, era porque o momento impunha a situação. Posteriormente, predominaram nas representações midiáticas não as fotografias que comprovavam as más condições de trabalho dos professores, mas as que retratavam um “novo professor”, não mais aquele sério, sorridente, bem-comportado e bem-vestido. Eram publicadas fotografias, acompanhadas de textos verbais, que retratavam escolas fechadas, alunos sem aula, professores “de braços cruzados”, enfatizando-se os prejuízos ocasionados pelo movimento, e não a causa deste. (SANTOS, 2017).

Grande parte das reivindicações docentes de hoje tem as mesmas motivações que deram origem aos movimentos: baixos salários, atrasos no pagamento, desvalorização em diversos aspectos, ausência de participação dos professores nas decisões concernentes ao ensino. Sabemos que, diante de tamanha desvalorização, a profissão docente não é cobiçada atualmente. Portanto, prevalece a precarização, e não o prestígio. Os movimentos se mantiveram na direção de aproximação dos outros trabalhadores. São organizados atos, greves e passeatas pelos sindicatos, e os professores não são as figuras ordeiras, despolitizadas e de vestimenta impecável que caracterizam os primórdios da função. Assim, nosso interesse é verificar como a mídia atua frente aos movimentos reivindicatórios docentes: apoiando? Difamando? É o que buscaremos entender na análise.

3. A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO COMO APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO

Para a ACD, a linguagem é uma das práticas que constituem a sociedade. Para entender essa relação entre linguagem e sociedade, alguns conceitos são essenciais na teoria, tais como hegemonia/luta hegemônica, ideologia e a dialética entre discurso e sociedade. A dialética trata-se da relação que se estabelece entre discurso e sociedade, em que os discursos interferem na sociedade, ao mesmo tempo em que ela constitui discursos.

Antes que cada conceito seja explicitado, é importante destacar que o texto não se separa do contexto específico em que é produzido. É por isso que a análise textual isolada não constitui

uma análise do discurso. Para que esta se concretize, é necessário observar, além do texto em si, a prática discursiva e a prática social, o que caracteriza uma análise tridimensional, tal qual proposta por Fairclough (2001a). É claro que os três níveis estão completamente imbricados, de modo que, na análise, não é possível separá-los com nitidez. Isso justifica o breve histórico traçado anteriormente sobre os movimentos docentes e as pontuações acerca da mídia e de sua pretensa imparcialidade. Isso orientará as análises desenvolvidas posteriormente.

As ideologias, por sua vez, são visões de mundo implícitas nas práticas discursivas e que contribuem para a reprodução ou transformação de uma realidade. Como nos diz Fairclough (2001a, p. 117):

[...] as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.

Nessa teoria, o papel do analista é procurar desvelar ideologias embutidas nos discursos, explicitando os valores, crenças, formas de pensamento e ideologias que os perpassam. Fairclough (2001a) aponta que quanto mais naturalizadas, mais eficientes são as ideologias embutidas nas práticas discursivas, visto que passam a ser entendidas como “senso comum”. É importante ressaltar que os sujeitos não são considerados incapazes de provocar mudança e contestar hegemonias. A partir de uma visão crítica sobre a realidade que os cerca, é possível que ocorram transformações. Ao focalizar a linguagem como prática social, as relações entre ideologia, poder e hegemonia podem ser problematizadas; por isso, Wodak (2004) aponta que a ACD é importante para auxiliar na análise da linguagem como um espaço de poder e de lutas.

Desnaturalização tem grande relação com a tentativa de “conscientização” do caráter ideológico do uso da linguagem, pois conscientização, na visão de Fowler (2004), é o mesmo que desfamiliarização ou desnaturalização.

É importante, neste trabalho, ressaltar que Fairclough (1991), baseado em Althusser, considera que a ideologia não se resume a ideias, mas possui existência material. Assim, a ideologia sempre existe como um aparelho. O autor explica o que isso significa para Althusser, mostrando o que são os Aparelhos Ideológicos de Estado, como a educação, a religião ou a lei, as quais são consideradas como partes complementares do Aparelho Repressivo do Estado. Os Aparelhos Ideológicos e os Aparelhos Repressivos são os dois tipos de aparelhos que asseguram a reprodução das relações sociais de produção. Fairclough considera que essa afirmação de Althusser abre caminho para que a linguagem seja vista como uma (e, talvez, a mais relevante) forma de existência material da ideologia, trazendo à tona também a discussão acerca da relação linguagem/ideologia, contudo propondo a possibilidade de mudança como um diferencial.

Como se pode notar, o conceito de ideologia em Fairclough é tributário, em grande medida, das proposições althusserianas. Entretanto, não se pode deixar de mencionar a presença de distanciamentos, os quais são muito marcantes na constituição das proposições da ACD. A concepção de Althusser implica uma visão bastante determinista em relação ao sujeito, o qual é sempre e apenas produto ideológico, fruto de interpelação. Nesse sentido, ele não tem saída, senão contentar-se com o lugar que lhe é atribuído ideologicamente. Ainda que Althusser (1970/1996) afirme que a transformação pode ocorrer por meio da luta de classes, já que esta vai além dos Aparelhos Ideológicos de Estado, o autor não deixa explícito, em sua obra, como isso seria possível, tendo em vista o caráter determinante que a interpelação assume em sua teoria. Essa perspectiva está na contramão de uma das principais elaborações da ACD, a ideia de que,

enquanto sujeitos que se filiam a discursos, reproduzimos e mantemos a estrutura social, mas também somos capazes de transformá-la. Na ACD, então, há espaço para a mudança social, já que o sujeito, diferentemente do que propõe Althusser, não é completamente determinado pela ideologia. Essa possibilidade existe, em grande medida, devido ao reconhecimento do papel da hegemonia, como um equilíbrio instável, importante pensamento advindo das formulações teóricas do filósofo italiano Antônio Gramsci.

A hegemonia está intimamente relacionada ao conceito de ideologia e tem a ver com “liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade” (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 122). As hegemônias são sempre instáveis, pois essa dominação não acontece sem o consentimento, ainda que inconsciente, da parte dominada. Como já foi mostrado quando tratamos sobre a ideologia, é possível que haja resistência por parte daquele que é dominado a partir de uma visão crítica sobre a realidade a sua volta, contestando, assim, ideologias naturalizadas. Essa contestação, que visa à desestabilização de hegemônias, é conhecida como luta hegemônica, mais um conceito de Antonio Gramsci que Fairclough utiliza em seus trabalhos.

Partindo da ideia de que o texto desempenha, ao mesmo tempo, várias funções, Fairclough (2003) explica que o discurso figura de três modos em relação às práticas sociais: como modos de agir, de representar e de ser. A cada um desses modos de interação corresponde um tipo de significado. O significado acional focaliza o texto como modos de agir (gêneros); o significado representacional, o texto como modos de representar (discursos); enquanto o significado identificacional tem como foco os modos de ser (estilos). Nosso interesse neste trabalho está centrado nos modos de representar.

Para tanto, daremos enfoque para o léxico, visto como um elemento linguístico que define maneiras de ver o mundo, pois as diferentes escolhas lexicais não são neutras e são maneiras distintas de representar algo, ou seja, se apoiam nas diferentes crenças, ideologias e valores daqueles que falam ou escrevem. É exatamente por isso que as escolhas lexicais feitas pelos três portais serão analisadas. Resende e Ramalho (2006, p. 73), baseadas em Fairclough, afirmam:

As maneiras particulares de representação de aspectos do mundo podem ser especificadas por meio de traços linguísticos, que podem ser vistos como “realizando” um discurso. O mais evidente desses traços distintivos é o vocabulário, pois diferentes discursos “lexicalizam” o mundo de maneiras diferentes.

Nosso *corpus* consiste em três notícias *online*: “Confronto entre PM e professores no PR deixa cerca de 200 feridos”, do *Estadão* e que foi publicada no dia 29 de abril; “Após confronto, professores marcam reunião para definir rumo da greve”, do *G1 PR*, publicada em 30 de abril; e “Conflito no Paraná deixou 60 feridos, diz governo; prefeitura fala em 150”, do *Uol*, publicada em 29 de abril. Essas notícias informam sobre as manifestações de professores da rede estadual ocorridas em abril de 2015, no Paraná.

Recuero (2011, p. 1-2), ao explicar sobre a influência das redes sociais no jornalismo, afirma que elas criaram uma “teia informativa”, de modo que

[...] as conexões estabelecidas entre os milhares de indivíduos passam a ser caminhos por onde a informação pode ser produzida, circulada e filtrada. Cada ator conectado à rede é, assim, um emissor em potencial, capaz de atuar no contexto desses fluxos informativos, construindo, modificando e dividindo informação.

Levamos em conta as afirmações da autora sobre a relação entre redes sociais e informação na atualidade para selecionar o material de análise. No período em que as manifestações

ocorreram, muitas notícias circularam nas redes. Desse modo, pudemos observar o processo acima descrito acontecer: as pessoas fazendo a informação circular, compartilhando-as em suas redes e se manifestando quanto ao seu conteúdo na forma de curtidas, tristeza, dentre outras, inclusive por meio de figuras e emogis. Assim, três das notícias sobre as manifestações compartilhadas no *facebook* foram selecionadas.

4. ANÁLISE DO CORPUS

Conforme Chouliaraki e Fairclough (1999), Fairclough (2001b, 2003) e destacado por Resende e Ramalho (2006, p. 37), o primeiro passo para a análise em ACD é a percepção de um problema:

Toda análise em ACD parte da percepção de um *problema* que, em geral, baseia-se em relações de poder, na distribuição assimétrica de recursos materiais e simbólicos em práticas sociais, na naturalização de discursos particulares como sendo universais, dado o caráter crítico da teoria.

Nossa análise parte, à vista disso, da percepção de que a mídia pode ser considerada responsável pela circulação de bens simbólicos que podem, por sua vez, influenciara visão de toda a população. Visto que a manifestação da qual tratamos foi amplamente divulgada em vários meios de comunicação, percebemos que grande atenção foi dada a esse acontecimento. Assim, nossa preocupação é investigar os discursos aos quais o evento e seus participantes estão associados e identificar como diferentes portais de notícias os representam, de maneira a compreendera influência da mídia sobre seus leitores. Buscaremos analisar se há um discurso hegemônico ou se são discursos divergentes, quais são as possíveis ideologias por trás de tais representações e como elas podem impactar na construção de opinião do público leitor, especialmente no que diz respeito à representação construída sobre o professor.

Como dissemos anteriormente, nosso interesse recai sobre a representação dos docentes. Tendo em vista que as manifestações envolveram policiais e professores, sendo o último grupo o que reivindicava direitos, e o primeiro o que tentava frear as ações dos professores a mando do governo, consideramos relevante analisar ambas as classes de trabalhadores, no sentido de perceber como cada uma é representada no que diz respeito à participação nas manifestações. Nesse sentido, a análise da representação dos policiais nos interessa na interface que podemos estabelecer com a representação dos professores no que concerne ao evento em questão.

Analisaremos, a seguir, as escolhas lexicais que, como já foi dito, nunca são neutras, a fim de verificarmos quais são as representações que cada portal de notícia constrói sobre o evento e os envolvidos. É importante nos atentarmos também a alguns usos verbais, especialmente no que diz respeito à atribuição de ações, à ideia de passividade e atividade, ou seja, verificar quem é colocado como autor de determinadas ações. Isso indica, por exemplo, a quem é atribuída a responsabilidade pelo início do confronto.

ACÃO:
ESTADÃO

TÍTULO: **Confronto** entre PM e professores no PR deixa cerca de 200 feridos

SUBTÍTULO: Grupo **protestava** contra ajuste previdenciário; 13 pessoas foram presas e 15 estão feridas em estado grave

Ao menos 213 pessoas ficaram feridas nesta quarta-feira, 29, segundo a prefeitura de Curitiba, após **confronto entre** PMs e professores da rede estadual do Paraná em greve, na frente da Assembleia Legislativa do Estado.

Trata-se de **um dos maiores confrontos** da história do País envolvendo um grupo de manifestantes e a polícia.

O governador alegou que **o confronto** foi provocado por *blackblocs*.

[...] e, uma hora depois, quando se informou que a proposta seria votada, **a Polícia Militar entrou em confronto com os manifestantes**. Houve tiros de bala de borracha e bombas de gás lacrimogêneo.

[...] **o confronto** teria tido início quando um grupo tentou romper a área de isolamento [...]

Durante **o confronto**, o cinegrafista da Band Luiz Carlos de Jesus e o deputado Rasca Rodrigues (PV) foram mordidos por um cão *pitbull* de um policial.

A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) repudiou a **violência no ato**, criticou **ações anteriores da PMparanaense** e o fato de profissionais de imprensa terem ficado feridos.

O prefeito Gustavo Fruet (PDT) lamentou **o episódio**.

GI

TÍTULO: Após **confronto**, professores marcam reunião para definir rumo da greve

SUBTÍTULO: [...] Houve **confronto** durante a votação e mais de 200 pessoas ficaram feridas.

Um protesto em frente à Assembleia Legislativa **terminou em confronto** durante a votação do projeto. Segundo a Prefeitura de Curitiba, 213 pessoas ficaram feridas, em mais de duas horas **em conflito**, com uso de bombas e tiros de balas de borracha. Um cachorro da polícia mordeu um cinegrafista.

A manifestação ganhou força quando muitos ônibus com servidores do interior chegaram ao Centro Cívico de Curitiba, no começo de terça-feira (28). Com mais pessoas e ânimos aflorados com o passar do dia, **o primeiro confronto** surgiu, na madrugada da terça, quando dois caminhões de som do sindicato dos professores foram rebocados e retirados da frente da Assembleia.

Durante a manhã, **outro confronto**. Bombas de gás lacrimogênio, spray de pimenta e jatos de água foram usados contra os trabalhadores públicos que estavam no local.

O pior embate entre manifestantes e policiais, no entanto, foi nesta quarta-feira. Dos cerca de 200 feridos, 63 foram encaminhados para hospitais.

Um repórter cinematográfico da TV Bandeirantes de Curitiba, Luiz Carlos de Jesus, foi atacado por um cão *pit bull* da Polícia Militar, **durante os protestos** de quarta.

TÍTULO: **Conflito** no Paraná deixou 60 feridos, diz governo; prefeitura fala em 150

O **confronto** ocorrido na tarde desta quarta-feira (29) entre policiais militares e professores da rede estadual do **Paraná** teria deixado 60 feridos, de acordo com dados oficiais divulgados pelo governo do Paraná.

O **conflito** desta quarta ocorreu após servidores estaduais do Paraná tentarem romper o cerco da Polícia Militar na Assembleia Legislativa. A PM reagiu com bombas de gás e balas de borracha.

O governador Beto Richa também deu uma entrevista coletiva comentando o **confronto**.

Antes de iniciarmos a análise, é importante explicitar que os três portais de notícias trazem dois momentos referentes às ações dos professores: um momento anterior aos atos violentos, que é a greve, paralisação que os professores do Paraná estavam organizando há algum tempo. O segundo momento é ocasionado a partir da manifestação: trata-se do conflito entre os professores que manifestavam e a polícia militar do Paraná. Interessa, para nossa análise, o segundo momento, que foi mais noticiado e envolve os dois grupos. Algumas vezes, porém, esses dois momentos se misturam, sendo um usado como sinônimo do outro, ou um deles (as manifestações) colocado como causa do outro (os atos violentos). Como podemos observar no quadro acima, a palavra “confronto” é a mais frequente em todos os portais de notícias para se referir ao evento ocorrido. No *Estadão* e no *GI*, o episódio é nomeado como “confronto” desde o título, sendo bastante recorrente no decorrer dos textos. Já no *Uol* é a palavra “conflito” que é usada no título. Se levarmos em conta os títulos, legendas e o corpo do texto, encontramos a palavra “confronto” nove vezes na notícia do *Estadão*, oito vezes na do *GI* e três no *Uol*. “Conflito” é quase tão frequente quanto “confronto” na notícia do *Uol*, aparecendo duas vezes. Já nos outros dois portais, a palavra aparece, mas com uma frequência bem menor que confronto: apenas uma vez em cada uma das notícias. No *Estadão* a palavra “episódio” aparece uma vez como equivalente a “confronto”. Outras palavras, como “protestava” (que não nomeia o ato em si, mas dá ideia de que o evento era um “protesto”), “ato” e “ações anteriores da PM” não são exatamente equivalentes, mas por inferência podemos entender que são usadas para se referir ao mesmo evento. No *Uol*, “conflito” e “confronto” são predominantes.

No *GI*, “protesto” aparece como momento anterior ao “confronto” e, talvez, até mesmo como causa, como pode ser visto em “**Um protesto** em frente à Assembleia Legislativa **terminou em confronto** durante a votação do projeto”. Em outro uso, porém, é tido como equivalente a “confronto”: “Um repórter cinematográfico da TV Bandeirantes de Curitiba, Luiz Carlos de Jesus, foi atacado por um cão *pit bull* da Polícia Militar, **durante os protestos** de quarta”. “Manifestação” é uma palavra do mesmo campo lexical que se liga de alguma forma a “confronto”, mas não exatamente como equivalente de sentido, visto que é apresentada como nomeação para momentos anteriores a ele. “Embate” e “conflito” aparecem como palavras que substituem o uso de “confronto”.

Os sentidos de “protesto” e “manifestação” são bastante próximos e estão relacionados à ideia de reivindicação, luta por direitos, mas não exatamente um ato que envolve violência. “Episódio”, embora tenha sido usado como termo que substitui “conflito” e “confronto”, possui uma ideia mais geral, com carga semântica menos forte. “Conflito”, “confronto” e “embate” são usados nas três notícias com o mesmo sentido. “Conflito”, porém, não traz consigo uma ideia tão forte de violência. Muitas vezes, aliás, está mais relacionado às divergências no nível das ideias. “Embate” também aparece com sentido próximo a esse. “Conflito” aparece muitas vezes

intercalado com “confronto” no *Uol*. Nos outros portais, o termo mais utilizado é “confronto”, o qual parece deslocar a ideia de divergência do nível das ideias para algo mais materializado, como a violência física, ou seja, possui um sentido mais potente.

PROFESSORES:

ESTADÃO

TÍTULO: Confronto entre PM e **professores** no PR deixa cerca de 200 feridos

SUBTÍTULO: **Grupo** protestava contra ajuste previdenciário; 13 **peessoas** foram presas e 15 estão feridas em estado grave

Ao menos 213 pessoas ficaram feridas nesta quarta-feira, 29, segundo a prefeitura de Curitiba, após confronto entre PMs e **professores** da rede estadual do Paraná em greve, na frente da Assembleia Legislativa do Estado. Trata-se de um dos maiores confrontos da história do País envolvendo **um grupo de manifestantes** e a polícia.

O grupo protestava contra a votação do projeto que autoriza o governador Beto Richa (PSDB) a usar recursos do fundo de pensão ParanaProvidência como parte das medidas de austeridade e ajuste fiscal.

O governador alegou que o confronto foi provocado por *blackblocs*. O Estado também considera um número menor de **feridos**: 61, incluindo 21 policiais militares. Em fevereiro, **professores** haviam de mobilizado contra as mudanças no fundo de pensão.

O clima já era tenso na região do Centro Cívico desde o início da semana, com pelo menos **5 mil professores acampados**. Nesta quarta, a votação do projeto teve início às 15h e, uma hora depois, quando se informou que a proposta seria votada, a Polícia Militar entrou em confronto com **os manifestantes**.

[...] o confronto teria tido início quando **um grupo** tentou romper a área de isolamento, pulado as cercas.

Milleo foi atingido em um dos braços e no abdome por estilhaços de uma bomba de efeito moral lançada pela PM contra **os professores**.

O professor Davi José foi atingido por três balas de borracha e teve de ser atendido em um ambulatório improvisado no subsolo da prefeitura.

Segundo ele, **adeptos da tática violenta** se infiltraram no **movimento docente** e atacaram os soldados que faziam cerco à Assembleia.

Richa ainda disse não haver motivo para paralisação **de professores** e vê “instrumentalização” por partidos políticos e CUT.

A direção do sindicato dos professores prometeu manter o acampamento na Assembleia durante a madrugada.

O MP informou que atenderá todas as **peessoas feridas** no conflito que queiram denunciar a violência sofrida.

G1

TÍTULO: Após confronto, **professores** marcam reunião para definir rumo da greve

Os professores da rede estadual de ensino do Paraná, que estão em greve desde sábado (25), devem definir o rumo da paralisação em uma reunião marcada para esta quinta-feira (30).

Segundo a Prefeitura de Curitiba, **213 pessoas ficaram feridas**, em mais de duas horas em conflito, com uso de bombas e tiros de balas de borracha. Um cachorro da polícia mordeu um cinegrafista. A Secretaria de Segurança Pública afirma que 20 policiais também ficaram machucados.

O sindicato dos professores diz que havia **25 mil manifestantes** no local.

No meio da tarde, a polícia recebeu ordem para avançar sobre **os manifestantes**, que haviam tentado ultrapassar a barreira humana feita pelos PMs para acompanhar a sessão de votação na Assembleia.

Nesta quinta, o cenário em frente à Assembleia começou diferente dos últimos três dias, quando **centenas de pessoas** estavam acampadas no local. Por volta das 6h30, não havia mais nenhum **professor**, e os policiais que faziam a barreira humana também não estavam mais no local.

Esta é a segunda paralisação **dos professores** desde o início do ano letivo, que começou com atraso de 29 dias.

Os professores foram impedidos de entrar na Assembleia já na segunda-feira (27), quando o projeto foi votado em primeiro turno.

A manifestação ganhou força quando muitos ônibus com **servidores do interior** chegaram ao Centro Cívico de Curitiba, no começo de terça-feira (28). Com **mais pessoas** e ânimos aflorados com o passar do dia, o primeiro confronto surgiu, na madrugada da terça, quando dois caminhões de som do **sindicato dos professores** foram rebocados e retirados da frente da Assembleia.

Bombas de gás lacrimogênio, spray de pimenta e jatos de água foram usados contra **os trabalhadores públicos** que estavam no local. **Os servidores** tentavam chegar até a Assembleia para participar da sessão, mas foram barrados por um cordão policial.

O pior embate entre **manifestantes** e policiais, no entanto, foi nesta quarta-feira.

Com a aprovação do projeto pelos deputados, 33.556 **beneficiários** com 73 anos ou mais serão transferidos do Fundo Financeiro para o Previdenciário. O Fundo Financeiro é bancado pelo governo estadual. Já o Previdenciário é composto por contribuições **dos servidores estaduais**.

O governo afirma que serão preservadas todas as garantias **dos funcionários públicos** e que os cálculos atuais realizados pelos técnicos garantem a solvência do sistema por 29 anos.

Mas **os servidores** alegam que a mudança comprometeria a saúde financeira da ParanaPrevidência, ou seja, faria que, com o tempo, a instituição tivesse mais a pagar do que a receber.

UOL

O confronto ocorrido na tarde desta quarta-feira (29) entre policiais militares e **professores da rede estadual do Paraná** teria deixado 60 feridos, de acordo com dados oficiais divulgados pelo governo do Paraná.

Ao todo, diz o governo, 20 **feridos** são PMs e **40 são manifestantes**.

Fotos tiradas no local mostram **professores** com ferimentos no rosto resultantes de **balas de borracha**. Sete **manifestantes** foram presos e identificados como **adeptos da tática blackbloc**.

O conflito desta quarta ocorreu após **servidores estaduais do Paraná** tentarem romper o cerco da Polícia Militar na Assembleia Legislativa.

No local está sendo votado, a portas fechadas, o projeto de lei Paraná Previdência, do governo Beto Richa (PSDB), que modifica a previdência dos **funcionários públicos estaduais**.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva postou em seu perfil oficial no *Facebook* uma **mensagem de apoio aos grevistas**.

Em nota oficial, o governo estadual culpou a ação de **manifestantes mascarados**.

Podemos notar que o *GI* usa muitas vezes a palavra “professores”. Em um único momento especificam-se os professores: “Os professores da rede estadual de ensino do Paraná”, o que se justifica por estar apresentando pela primeira vez esses participantes no texto, ou seja, carece de mais especificações. O mesmo acontece nas notícias do *Estadão* e *Uol*. Termos mais específicos aparecem no início do texto para explicar de quais professores se fala. Nas notícias do *GI* e *Uol*, há utilização de termos que dão destaque para a questão do vínculo empregatício, a relação de trabalho dos professores com o Estado: “servidores”, “servidores do estado”, “funcionários públicos”. O *Uol* usa o termo “grevistas” em um momento muito específico, qual seja, antes da fala do ex-presidente Lula. Percebemos aí uma relação interdiscursiva, que aciona a figura de Lula relacionada às lutas sindicais, às greves que coordenou. Em alguns momentos, palavras mais gerais, como “pessoas” e “feridos” são usadas para se referir aos professores nas três notícias. São termos que, muitas vezes, servem para definir professores e policiais. Quando, ao usar “feridos” ou “pessoas”, colocam-se expressões do tipo “incluindo policiais”, fica claro que o termo serve para definir os dois grupos, mas que é substitutivo de “professores”. Observamos também a presença de “manifestantes”. Entretanto, os nomes predominantes para o evento são “conflitos” e “confrontos”, o que contradiz com essa ideia de que os professores estavam manifestando.

Em alguns momentos, a categoria aparece representada pela voz de um grupo ou de um representante desse grupo, que é a ideia trazida por “sindicado” ou “direção do sindicato”, a qual reforça o caráter de luta pelos direitos, greve e, até mesmo, manifestação, visto que essa é a função atribuída aos sindicatos. Percebemos que “sindicato” aparece quando o texto explica alguma deliberação tomada pelo grupo ou quando informa alguns dados, como a decisão de permanecer acampados ou a informação do número de manifestantes. Ou seja, o sindicato aparece como o representante legal e oficial que fala em nome de todos os professores, como em “A direção do sindicato dos professores prometeu manter o acampamento [...]”. Esse trecho deixa explícita a noção de liderança atribuída ao sindicato quando faz uso de “prometer”, que é uma palavra bastante assertiva.

Usos que chamam a atenção são “*blackblocs*” e “adeptos da tática violenta”. Esses termos atribuem aos professores características violentas, bem como a culpa pelo início do que é chamado de “confusão”. Dois dos portais usam esses termos, o *Uol* e o *Estadão*. No *Uol*, o grupo de manifestantes é identificado como adepto da tática *blackbloc*. Dessa forma, os atos violentos são atribuídos aos professores, visto que *blackblocs* são grupos conhecidos como violentos e vândalos que confrontam a polícia em manifestações. No *Estadão*, embora apareçam tais usos, eles possuem outro significado. Na primeira vez que se faz menção à tática é para marcar as ideias do governador do estado: “O governador alegou que o confronto foi provocado por *blackblocs*”. Não se pode afirmar, a partir da leitura desse trecho, que os professores são

tidos como pertencentes ao grupo. Em outro momento esse grupo é novamente citado, deixando clara a ideia de que realmente o termo não é usado como equivalente e substituto de “professores”. Novamente utilizado após a reprodução da fala do governador, o termo não é usado para nomear os professores: “Segundo ele (o governador), adeptos da tática violenta (*blackblocs*) se infiltraram no movimento docente”. A palavra “infiltraram” deixa muito claro o distanciamento entre grupo de professores e grupo de *blackblocs*: não são as mesmas pessoas.

POLICIAIS:

ESTADÃO

TÍTULO: Confronto entre **PM** e professores no PR deixa cerca de 200 feridos

Ao menos 213 pessoas ficaram feridas nesta quarta-feira, 29, segundo a prefeitura de Curitiba, após confronto entre **PMs** e professores da rede estadual do Paraná em greve, na frente da Assembleia Legislativa do Estado. Trata-se de um dos maiores confrontos da história do País envolvendo um grupo de manifestantes e **a polícia**.

O Estado também considera um número menor de feridos: 61, incluindo **21 policiais militares**.

Nesta quarta, a votação do projeto teve início às 15h e, uma hora depois, quando se informou que a proposta seria votada, **a Polícia Militar** entrou em confronto com os manifestantes.

Segundo **o comandante geral da PM**, coronel Cesar Vinícius Kogut, o confronto teria tido início quando um grupo tentou romper a área de isolamento, pulando as cercas.

Fontes ligadas **à polícia** chegaram a informar que **17 policiais** foram presos por se recusar a participar **do cerco**.

Durante o confronto, o cinegrafista da Band Luiz Carlos de Jesus e o deputado Rasca Rodrigues (PV) foram mordidos por um cão *pitbull* de **um policial**.

Milleo foi atingido em um dos braços e no abdome por estilhaços de uma bomba de efeito moral lançada pela **PM** contra os professores.

A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) repudiou a violência no ato, criticou ações anteriores da **PM paranaense** e o fato de profissionais de imprensa terem ficado feridos.

Segundo ele, adeptos da tática violenta se infiltraram no movimento docente e atacaram **os soldados que faziam o cerco** à Assembleia.

Segundo a direção do movimento, houve garantias do Ministério Público de que não haverá ações da **PM** contra a ocupação.

G1

Um cachorro da **polícia** mordeu um cinegrafista.

A Secretaria de Segurança Pública afirma que **20 policiais** também ficaram machucados.

O sindicato dos professores diz que havia 25 mil manifestantes no local. **A polícia** fala em 5 mil.

No meio da tarde, **a polícia** recebeu ordem para avançar sobre os manifestantes, que haviam tentado ultrapassar **a barreira humana feita pelos PMs** para acompanhar a sessão de votação na Assembleia.

Por volta das 6h30, não havia mais nenhum professor, e **os policiais que faziam a barreira humana** também não estavam mais no local.

Resguardada pelo mandado proibitório, a Secretaria de Segurança Pública do Paraná **blindou** o Plenário durante o fim de semana, **posicionando policiais** em todo o entorno.

Os servidores tentavam chegar até a Assembleia para participar da sessão, mas foram barrados por **um cordão policial**.

O pior embate entre manifestantes e **policiais**, no entanto, foi nesta quarta-feira.

Um repórter cinematográfico da TV Bandeirantes de Curitiba, Luiz Carlos de Jesus, foi atacado por um cão *pit bull* da **Polícia Militar**, durante os protestos de quarta.

A Associação de Praças do Estado do Paraná (Apras) afirmou que **policiais militares de Maringá**, que foram para Curitiba **reforçar o policiamento** ao redor da Assembleia Legislativa, precisaram sair do hotel onde estavam hospedados porque a Secretaria Estadual de Segurança Pública (Sesp) não pagou as diárias até terça-feira (28).

UOL

O confronto ocorrido na tarde desta quarta-feira (29) entre **policiais militares** e professores da rede estadual do **Paraná** teria deixado 60 feridos, de acordo com dados oficiais divulgados pelo governo do Paraná.

Ao todo, diz o governo, 20 feridos são **PMs** e 40 são manifestantes.

O conflito desta quarta ocorreu após servidores estaduais do Paraná tentarem romper **o cerco da Polícia Militar** na Assembleia Legislativa. **A PM** reagiu com bombas de gás e balas de borracha.

O léxico usado nas três notícias para se referir aos policiais envolvidos no evento não varia muito. Na maioria das vezes aparece “PM”, “Polícia Militar” ou “policiais”. Entretanto, alguns usos se diferem. Esses usos, no geral, representam os policiais como sinônimo de proteção e segurança. No *Estadão*, utiliza-se “soldados que faziam o cerco”. No *GI* aparecem “barreira humana feita pelos PMs”, “um cordão policial” e “a Secretaria de Segurança Pública do Paraná **blindou** o Plenário durante o fim de semana, **posicionando policiais** em todo o entorno”. Blindou não nomeia exatamente os policiais, mas possui uma carga semântica muito forte acerca da ideia de segurança e proteção da qual falamos, até mais forte que “cerco”, “barreira humana” e os outros usos já citados. No *Uol*, o termo que aparece é “cerco da Polícia Militar”. Somente aquilo que sofre ameaça precisa ser blindado, cercado por policiais, que são vistos como proteção, nesse sentido. Logo, podemos deduzir que os manifestantes são representados como sinônimo de ameaça.

Alguns usos verbais, como dissemos, merecem destaque e corroboram com algumas de nossas análises. É interessante observar que nas três notícias é recorrente o uso de confronto entre PM e professores, o que não atribui a nenhum dos grupos a causa pelo ato. Entretanto, nem sempre é assim que ocorre. No *Estadão*, em determinado trecho, o início da ação é atribuído aos policiais, visto que eles são representados como sujeitos que agem, atores da ação: “Nesta quarta, a votação do projeto teve início às 15h e, uma hora depois, quando se informou que a proposta seria votada, a Polícia Militar entrou em confronto com os manifestantes”. Em seguida,

outra explicação é dada sobre o início do que é chamado de confronto. Dessa vez, porém, a explicação é colocada como uma reprodução da fala do comandante-geral da Polícia: “**Segundo** o comandante-geral da PM, coronel Cesar Vinícius Kogut, o confronto **teria tido início** quando um grupo tentou romper a área de isolamento, pulando as cercas”.

É importante observar que, mesmo o trecho representante do que o coronel da PM disse não se trata de algo assertivo. O uso de “teria tido” – forma modalizadora atenuante – faz com que se aproxime não de uma afirmação categórica, mas de uma suposição. Os professores, em muitos trechos, foram representados como sujeitos passivos. Quando aparecem informações sobre as pessoas feridas, sobre os atos de violência, é comum encontrarmos o uso da voz passiva, ainda que, algumas vezes, o agente da passiva não esteja explícito. Assim, os professores, como dissemos, são colocados como aqueles que sofreram as ações. Ainda que as ações dos policiais, nesses casos, não sejam representadas por verbos que dão ideia de atividade, mesmo quando eles não são colocados na voz passiva, podemos inferir que são representados como aqueles que lançaram as bombas: “Durante o confronto, o cinegrafista da Band Luiz Carlos de Jesus e o deputado estadual Rasca Rodrigues (PV) **foram mordidos por um cão pitbull de um policial**. [...] Os fotógrafos Henry Milleo, da Gazeta do Povo, e André Rodrigues, *freelancer*, **também acabaram feridos**. Milleo **foi atingido** em um dos braços e no abdome **por estilhaços de uma bomba lançada pela PM contra os professores**. Rodrigues **foi atingido** por balas de borracha [...]. O professor Davi José **foi atingido** por três balas de borracha [...].”

No *G1*, percebemos que essa noção de passividade se inverte. No trecho “No meio da tarde, **a polícia recebeu ordem para avançar sobre os manifestantes**, que haviam tentado ultrapassar a barreira humana feita pelos PMs para acompanhar a sessão de votação na Assembleia”, embora os policiais tenham “avançado” sobre os professores, são representados a partir de uma ideia de passividade, visto que foram obrigados a agir dessa forma, pois receberam ordens superiores, e a causa dessas ordens foi os professores tentarem ultrapassar a barreira humana, isto é, a ação foi justificada. Essa noção de que os policiais agiram segundo ordens superiores é reafirmada neste trecho: “Resguardada pelo mandado proibitório, a Secretaria de Segurança Pública do Paraná **blindou** o Plenário durante o fim de semana, **posicionando policiais** em todo o entorno”. Aqui, quem age é a Secretaria de Segurança Pública, que é quem “blinda” o Plenário. Os policiais são representados como uma espécie de instrumento de segurança, são usados para blindar o Plenário. Aqui eles também são sujeitos passivos, visto que são posicionados pela Secretaria de Segurança Pública, agem, conforme as ordens superiores que definem suas ações. Se retomarmos a ideia de Aparelho Repressivo do Estado de Althusser (1970/1996), da qual Fairclough faz uso, podemos entender que os policiais são, em momentos de manifestações, instrumento do Estado usado para reprimir. Eles não se posicionam, mas são posicionados pelo governo para blindar o Plenário, o que demonstra passividade e subserviência da Polícia Militar em relação ao governo.

Na parte do texto denominada “Confronto” e que se destina a informar sobre os atos violentos ocorridos, a presença da voz passiva se faz marcante. Esse uso representa os professores, assim como no *Estadão*, como pessoas que sofrem as ações indicadas pelos verbos. No *Uol*, uma ocorrência que merece atenção é a do verbo “reagir”: “O conflito desta quarta ocorreu após servidores estaduais do Paraná tentarem romper o cerco da Polícia Militar na Assembleia Legislativa. A PM “reagiu” com bombas de gás e balas de borracha”. Nesse caso, a responsabilidade pelo “conflito” é atribuída, ainda que de forma indireta, aos professores, visto que a explicação para o início do confronto é que tentaram romper o cerco policial. Assim, a PM “reagiu”. Embora a PM seja representada como quem age, seu ato é justificado. Esse verbo traz

a ideia de que havia uma ameaça que, no caso, é representada pelos servidores; portanto, a ação (ou melhor, reação) dos policiais era algo necessário.

É importante observar, finalmente, que os três portais de notícias colocam que o “confronto”, ou “conflito”, enfim, acontece “entre” professores e policiais. Há, contudo, uma contradição em todas elas. Se o confronto é “entre”, significa que ambos atingem e são atingidos. Todas as notícias, porém, ao informarem sobre as consequências da violência, trazem exemplos apenas de professores feridos. O único momento em que falam que os policiais ficaram feridos é quando informam o número de pessoas machucadas, ou seja, professores e policiais. Além disso, não se especifica que esses policiais feridos foram atingidos por manifestantes. Assim, os exemplos que demonstram que houve agressão apresentam-na como algo unilateral, como em “Bombas de gás lacrimogênio, spray de pimenta e jatos de água **foram usados contra** os trabalhadores públicos que estavam no local. Os servidores tentavam chegar até a Assembleia para participar da sessão, mas **foram barrados por um cordão policial**”.

Desse modo, podemos perceber, por fim, que os discursos não mudam enquanto base para produção textual em cada veículo abordado, entretanto, ficou claro que, em cada um, o texto demonstrou poder envolver diferentes discursos, ou direcionamentos diferentes dos mesmos discursos, ou seja, perspectivas que moldavam diferentemente a realidade representada.

No caso em tela, a articulação entre eles realizou-se diferenciadamente conforme as escolhas lexicais apontaram, variando entre a cooperação e a competição, mas pendendo para uma cooperação motivada. Utilizando da visão de Resende e Ramalho (2006), o que se verificou foram discursos que pouco entraram em competição nos textos, sendo que, a partir da perspectiva adotada, um discurso se tornava “protagonista” e outro “antagonista”, porém, articulados visando a uma produção textual-discursiva que opacizava a perspectiva dos portais de notícias, de modo a construir uma imagem do veículo midiático da maneira mais neutra possível.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, a proposta foi analisar algumas representações construídas sobre as manifestações ocorridas no Paraná em 2015 e seus envolvidos em três portais de notícias bastante acessados – *G1*, *Uol* e *Estadão* – a fim de verificar quais ideologias perpassam os discursos e orientam as escolhas lexicais desses portais, construindo uma representação ou outra acerca das manifestações e dos envolvidos.

Levando em conta que as escolhas lexicais não são neutras e que todas as representações, todos os discursos possuem ideologias embutidas na base de sua construção, fica ainda mais nítida a possibilidade de influência da mídia na formação de valores e opiniões das pessoas a respeito de um fato. As várias formas de dizer atribuem diferentes sentidos aos eventos e pessoas, podendo influenciar diferentemente os leitores. Cada maneira de dizer é um posicionamento, uma visão sobre o fato, e não a verdade. Tanto é assim que o mesmo evento e os mesmos grupos são nomeados de diferentes maneiras, provocando diferentes impactos.

Embora alguns discursos sobre as manifestações e seus envolvidos pareçam hegemônicos, dada a repetição de alguns léxicos, os três portais de notícias, em alguns momentos, representam diferentemente ações e sujeitos, havendo divergências de posicionamentos. Alguns se arriscam a se distanciar um pouco mais desses discursos hegemônicos, enquanto outros se mantêm mais próximos deles. Alguns portais evidenciam melhor seus posicionamentos, explicitando ideologias que perpassam seus discursos, enquanto outros as mantêm mais veladas, utilizando-

se de estratégias discursivas que permitem atribuir a outrem aquilo que é dito, na tentativa de eximir-se da responsabilidade de assumir certas afirmações.

De um modo geral, destaca-se o fato de que, se os professores não são representados como responsáveis pelo confronto, também não o são como as vítimas da violência. Todavia, a análise mostra que apenas professores foram atingidos por policiais. O contrário não ocorreu. Aliás, enquanto os professores estavam desarmados, os policiais dispunham de todo um aparato que possibilitava a repressão, o que torna injusto o uso do termo “confronto entre”, já que claramente havia discrepância entre os dois grupos no que concerne ao poder e à forma de enfrentamento. O objetivo da manifestação não era confrontar a Polícia ou gerar atos violentos, mas sim lutar por direitos que estavam sendo ameaçados. Portanto, os professores são nitidamente vítimas dos ataques violentos, o que não é dito explicitamente nas notícias. Por outro lado, a Polícia Militar é desresponsabilizada e, para que isso aconteça, o outro grupo é colocado no lugar daqueles que oferecem ameaça, o que justifica uma “reação necessária” por parte dos policiais militares. Além disso, na medida em que são instrumentos do governo, servindo aos interesses deste, dificulta a concretização de movimentos legais que buscam a garantia de direitos, pois agem de forma violenta contra pessoas que não oferecem risco, a não ser a determinados interesses políticos.

Logo, os portais não apenas desresponsabilizam ações truculentas da Polícia, modalizando o discurso acerca de suas ações repressivas, como também não afirmam a ausência de culpa por parte dos professores. Desse modo, a mídia reforça a naturalização da violência que tem sido peculiar à Polícia Militar no Brasil em situações como essa, bem como contribui para que manifestações e movimentos grevistas sejam vistos de forma negativa, tal como os que deles participam, já que confirma a necessidade de **reação** dos militares.

Nesse sentido, esta análise deixa entrever, ainda, as contradições que pairam sobre a figura do professor atualmente: ele não é diretamente criticado pela mídia, talvez por todo “respeito” que a profissão possui no imaginário social, algo certamente corroborado por um reconhecimento às vezes pouco esclarecido – embora percebido – de sua responsabilidade social (cf. XXXX, 2017) e de um enaltecimento da função docente que sempre vem estampado em campanhas e publicidades. No entanto, sua luta e resistência também não são efetivamente comentadas como um direito que é negado quando há truculência. Não é explicitado que esses profissionais são as vítimas do ataque. Ao contrário, a violência militar é representada como “reação”, o que justifica, em certa medida, a atitude.

Ainda que o professor seja considerado figura central na sociedade, de forma que sua função seja dignificada, a desvalorização salarial persiste e, quando a categoria tenta lutar por seus direitos, é freada pelo Estado, representado pela figura dos militares, e a mídia procura se manter “neutra” frente à violência cometida. Dessa maneira, a mídia reforça a desconfiança que vem se estabelecendo nos últimos tempos em relação à figura do professor, a qual é a base de propostas tais como a *Escola sem Partido*, que se pauta na contestação da decência do professor, acusado de doutrinador e, portanto, tido como ameaça, perigo para o aluno e para a sociedade (cf. XXXX, 2017). Na medida em que as notícias analisadas, como dissemos, se mantêm “neutras” quando professores são iguados a *blackblocs* e suas manifestações são “criminalizadas”, no sentido de que foram consideradas causa da “reação” dos policiais, elas contribuem muito para aumentar tal cenário de desconfiança que paira sobre o professor e suas atividades profissionais em um momento em que a proposta supracitada – a qual tira a autonomia docente e transforma este profissional em mero instrumento, por colocar em xeque sua capacidade ética – ainda circula e divide opiniões, ora prestes a ser votada, ora originando

propostas substitutivas. Elas ajudam a reforçar, ainda, a desvalorização no quesito salarial. Na medida em que protestos que visam à reivindicação por melhorias são representados como causa de uma “reação” violenta, é reforçada a visão negativa sobre movimentos reivindicatórios, tais como greves e manifestações.

Como já foi apontado, em alguns momentos da história a mídia se posicionou contrariamente às manifestações dos professores de maneira bastante explícita. Ainda que as análises aqui desenvolvidas não tenham mostrado representações negativas escancaradas, também não podemos dizer que a representação comum nos primórdios da profissão – de uma categoria que reivindica porque é necessário, porque tem seus direitos lesados – se mantém. Observamos uma imprensa que faz uso da objetividade como estratégia, colocando-se como imparcial e estritamente informativa. Contudo, nas sutilezas, na forma como nomeia os atos e as pessoas, deixa entrever posicionamentos que, se não atacam os professores, também não os apoia, ainda que a situação narrada demonstre que os policiais ocuparam o papel de Aparelho Repressivo do Estado e, por isso, estavam armados, o que não se pode afirmar sobre os professores. Aliás, o que se percebe é que eles estavam reivindicando direitos negados pelo Estado, motivo pelo qual foram espancados.

O posicionamento não é demonstrado somente quando se explicita uma opinião, mas também quando se omite. Retomando Paulo Freire (2017), afirmamos, mais uma vez, a inexistência de imparcialidade. Tudo que fazemos é orientado por uma base ideológica. Se em situações de injustiça, como é o caso dos professores que manifestavam no Paraná, a opção é tentar transmitir a ideia de neutralidade – ou, ainda mais grave, oferecer justificativas para agressões por parte do Estado –, então o posicionamento, ainda que não esteja explícito, fica claro: escolheu-se o lado do opressor. Podemos afirmar, então, que, se a polícia cumpriu a função de Aparelho Repressivo do Estado, a mídia funcionou, em certa medida, como Aparelho Ideológico do Estado, pois legitimou a violência ocasionada por ele contra os professores.

As manifestações no Paraná merecem destaque porque, juntamente com as que aconteceram em São Paulo na mesma época, tiveram enorme repercussão e deram início a um processo que se estende até hoje, em que os professores não apenas enfrentam a desvalorização salarial, como também vêm sendo, a cada tentativa de reivindicar melhores condições, reprimidos por militares a mando do governo. Nos últimos tempos, trabalhadores de todas as categorias convivem com o medo de ir às ruas e enfrentar essa truculência, a qual, como vimos, é comumente modalizada pela mídia. É importante destacar e ampliar essa discussão para o fato de que não apenas professores e profissionais de muitos outros segmentos, mas também variados grupos minoritários e vulneráveis ainda precisam lidar com o discurso de ódio que tem se tornado mais um elemento precarizador de movimentos e manifestações socialmente legítimos para busca e manutenção de direitos e da dignidade humana (cf. XXXX, 2016, 2017).

Não faltam exemplos de manifestações que terminam com repressão. Recentemente, três anos após as manifestações no Paraná, vimos o mesmo ocorrer em Belo Horizonte, onde professores da rede municipal foram agredidos por policiais enquanto reivindicavam direitos. Dessa forma, é indispensável que a mídia não apenas não acuse os professores ou qualquer outra categoria que esteja exercendo o direito de manifestar-se, como também deixe de naturalizar e justificar a truculência com que tais movimentos vêm sendo contidos, já que isso amedronta o trabalhador e faz com que ele deixe, muitas vezes, de lutar por seus direitos, de reivindicar, enfim, de exercer integralmente a cidadania.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (Notas para uma investigação). In: ZIZEK, S. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, [1970]1996. p. 105-142.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, F. *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- CARMO, C. M.. Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 64, p. 201-223, 2016.
- CARMO, C. M.. Sobre (multi)letramento: para uma leitura crítica de mundo contra o ódio e a discriminação. In: Sousa, R. E. S. (Org.). *Linguagem como instrumento para (re)(d)(escre)(ver) o mundo: gêneros textuais/discursivos e processos semióticos multimodais*. 1ed. Rio de Janeiro: Mares Editores, 2017, v. 1, p. 278-304.
- CORREIA, K. C. A. "*Na prática, a teoria é outra*", uma análise discursiva sobre a responsabilidade social do professor de português da educação básica. Dissertação (Mestrado em Letras: Teoria Literária e Crítica da Cultura), Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), 2017.
- ELISEU, T. A. F. *O impeachment e Dilma Rouseff: uma análise das representações sociais projetadas em editoriais do Jornal Folha de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Letras: Teoria Literária e Crítica da Cultura), Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), 2017.
- FAIRCLOUGH, N. Language and Ideology. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 17, jan./jun. 1991, p. 113-131.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2001a.
- FAIRCLOUGH, N. Critical discourse analysis as a method in social scientific research. In: WODAK, R.; MEYER, M. *Methods of critical discourse analysis*. London – Thousand Oaks – New Delhi: Sage Publications, 2001b. p. 121-138.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London. Routledge, 2003.
- FOWLER, R. Sobre a linguística crítica. *Linguagem em (dis)curso*, Tubarão, v. 4. n° especial, p. 207-222. [1996]2004.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- KRUPPA, S. *O movimento dos professores em São Paulo: o sindicalismo no serviço público, o Estado como patrão*. Dissertação (Mestrado em Educação), USP, São Paulo, 1994.
- OLIVEIRA, A. Regionalismos brasileiros: a questão da distribuição geográfica. In: OLIVEIRA, A.; ISQUIERDO, A. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2001, p. 109-117.
- RASÊRA, M. Jornalismo digital: do boom aos dias atuais. Uma reflexão sobre a necessidade da convergência de meios decorrente da mudança de hábitos de consumo da notícia. *Ícone*, Recife, v. 12, n. 1, p. 1-9, 2010.
- RECUERO, R. Deu no Twitter, alguém confirma? Funções do Jornalismo na Era das Redes Sociais. In: 9º Encontro da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2011, Rio de Janeiro. *Anais da 9ª SBPJor*, 2011, p. 1-19.
- RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. V. S. *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.
- SANTOS, P. F. Memória e discurso: a construção do professor grevista a partir de editoriais jornalísticos. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 46, n. 3, p. 877-889, 2017.
- SOARES, M. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, M. (Org.). *Linguística da Norma*. São Paulo: Loyola, 2012, p. 141-160.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1998.

TUCHMAN, G. *A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas*. In: TRAQUINA, N. *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1999.

VICENTINI, P. P. Celebração e visibilidade: o Dia do Professor e as diferentes imagens da profissão docente no Brasil (1933-1963). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, n. 8, jul./dez., p. 9-41, 2004.

VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. G. *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo: Cortez, 2009.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 07-72.

REFERÊNCIAS DO CORPUS

CONFLITO no Paraná deixou 60 feridos, diz governo; prefeitura fala em 150. *Uol*. São Paulo, 29 de abril de 2015. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/04/29/confronto-entre-pms-e-professores-no-pr-deixaram-60-feridos-diz-governo.htm>> Acesso em: 16 de maio de 2015 às 18:44.

APÓS confronto, professores marcam reunião para definir rumo da greve. *GI PR*. Curitiba, 30 de abril de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/04/apos-confronto-professores-marcam-reuniao-para-definir-rumo-da-greve.html>> Acesso em: 16 de maio de 2015 às 18:38.

LIMA, J. C. Confronto entre PM e professores no PR deixa cerca de 200 feridos. *Estadão*. São Paulo, 29 de abril de 2015. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral/confronto-entre-pm-e-professores-no-pr-deixa-cerca-de-200-feridos.1678429>> Acesso em: 16 de maio de 2015 às 18:41.

Recebido: 28/12/2019

Aceito: 11/1/2021

Publicado: 21/1/2021